



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - IB
CURSO DE LICENCIATURA EM BIOLOGIA À DISTÂNCIA**

LILIANE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES

**O CONTEXTO DO ENSINO INCLUSIVO NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE CABECEIRAS DE GOIÁS**

BRASÍLIA - DF

2012

LILIANE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES

**O CONTEXTO DO ENSINO INCLUSIVO NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE CABECEIRAS DE GOIÁS**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia, na Universidade de Brasília sob a orientação da Prof^a Msc,. Anne Caroline Dias Neves.

BRASÍLIA - DF

2012

LILIANE FERREIRA DE SOUSA RODRIGUES

**O CONTEXTO DO ENSINO INCLUSIVO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
CABECEIRAS DE GOIÁS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia da Universidade de Brasília.

Aprovado em _____ de _____ de 2012.

Prof. Ms, Anne Caroline Dias Neves
Universidade de Brasília
Orientadora

Prof. Diana Paola Gómez Mendoza
Avaliador (a)

Prof. Elaine Nascimento
Avaliador (a)

Prof. Lenise Garcia
Universidade de Brasília
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Biologia

A família é o bem mais precioso que possuímos. Por isso, neste momento tão importante na minha vida, dedico o resultado do meu esforço a minha família, por tamanha grandeza, amparo, amor e carinho. Vocês me fazem sentir o verdadeiro valor da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Deus Pai de infinita misericórdia, eu vos agradeço por me guiar pelos caminhos corretos todos os dias da minha vida. O teu amor faz com que eu consiga superar todos os meus medos e angústias.

A minha família

A todos os meus familiares a minha gratidão, pois vocês me ensinam a cada dia que devo buscar sempre os meus sonhos e transformá-los em realidade. Este momento pertence a vocês também.

Aos meus amigos

“Tu te tornas responsável por aquele que cativas” (Exupéry) Saibam que a amizade de vocês me fortalece e me faz entender que somos capazes de superar todas as barreiras que a vida nos impõe. Obrigada por tudo.

Aos professores

A todos os professores que passaram por este curso o meu mais sincero agradecimento e desejo de que o sucesso os acompanhe sempre. Obrigada!!!

“Ambiente limpo não é o que mais se limpa e
sim o que menos se suja.”

RODRIGUES, Liliane Ferreira de Sousa. **O contexto do ensino inclusivo nas escolas municipais de Cabeceiras de Goiás.** 35f. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Biologia, Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, 2012.

RESUMO

A inclusão é um dos temas mais discutidos no contexto atual da educação. Busca-se de todas as formas fazer cumprir tratados internacionais, decretos e leis pertinentes a inclusão no Brasil. Este é um processo que passou a ser amplamente discutido na década de 1990 com a Declaração de Salamanca e, no Brasil, mais especificamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Esta Lei imprimiu novas vertentes à educação nacional e fez com que as escolas se adequassem pedagógica e fisicamente para receber aquelas crianças, até então, consideradas como diferentes. A promulgação ainda do Estatuto da Criança e do Adolescente foi um marco nesta luta, fazendo garantir direitos essenciais para a criança. Diante deste reconhecimento esta pesquisa tem como objetivo analisar o ensino e aprendizagem da educação inclusiva oferecida aos alunos do ensino fundamental nas escolas municipais em Cabeceiras, Goiás. A metodologia de desenvolvimento do estudo é pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa teórica enfatiza-se as bases legais da inclusão e em seguida observa-se os diversos contextos em que esta se inseriu para chegar até a sua recente história. A pesquisa de campo levanta dados acerca desta prerrogativa da educação brasileira, observando o atendimento legal e educacional a esta clientela na cidade de Cabeceiras - GO. Para a coleta de dados utilizou-se o questionário, observando que os resultados apontam para o progresso neste atendimento, contudo ainda há muito o que ser feito neste âmbito. Ainda, a análise dos pressupostos da escola inclusiva permite compreender que sua função não é somente trazer o aluno para a escola, mas garantir que este encontre formas de aprender juntamente com sua turma. Os estudos revelam também que a escola inclusiva é possível e necessária.

Palavras-chave: Aprendizagem. Escola regular. Inclusão. Prática pedagógica.

LISTA DE SIGLAS

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tempo de experiência dos professores em sala de aula.....	21
Figura 2 – Quantidade de professores que tem alunos especiais em classe.....	22
Figura 3 – Tempo de trabalho com alunos especiais.....	23
Figura 4 – Orientação da coordenação pedagógica durante o planejamento das aulas.....	23
Figura 5 – Necessidades especiais dos alunos em sala de aula.....	24
Figura 6 – Participação em cursos voltados para a inclusão nos últimos dois anos.....	25
Figura 7 – Oferta de materiais e recursos para atividades com alunos especiais.....	25
Figura 8 – Cursos oferecidos pela instituição em que trabalha.....	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Inclusão, marco histórico na educação brasileira.....	11
1.2 Amparo Legal para a inclusão.....	13
2. JUSTIFICATIVA.....	17
3. OBJETIVO GERAL	18
3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
4. METODOLOGIA	19
4.1. Aplicação de questionários aos professores que atuam em sala de aula	19
4.2. Entrevistas com os diretores das 4 escolas municipais	19
4.3. Visita as escolas para conhecer a estrutura física e pedagógica no processo do ensino Inclusivo.....	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
6. CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31
APÊNDICE.....	32
Apêndice A – Questionário aplicado aos professores.....	32
Apêndice B – Roteiro para entrevista com os diretores.....	34
Apêndice C - Relatório de observação da estrutura física e pedagógica das escolas pesquisadas	35

1. INTRODUÇÃO

1.1 Inclusão, marco histórico na educação brasileira

A educação brasileira constitui-se de uma história, em parte, conturbada. Seu início foi pragmático, cheio de problemas, pois implantou-se, inicialmente, a educação catequética, destruindo radicalmente a cultura indígena, para somente, quase duzentos anos depois constituir um novo modelo de educação. Mas é fundamental recordar que foi a história da educação deste país que fez com que os paradigmas atuais fossem constituídos.

Na trajetória da inclusão no campo educacional, as autoras Odnéia Pinheiro e Erenice Carvalho (2007) destacaram que a inclusão social abrange quatro fases, sendo elas: a primeira fase que é da exclusão onde há o surgimento das escolas especiais que diferenciam a educação comum da educação especial. A segunda fase que abrange a segregação que propiciavam a alfabetização e surgimento das escolas especiais, criando assim, a educação comum e a educação especial. A terceira que é a integração em que a escola comum aceita a criança especial, devendo esta adaptar-se ao sistema escolar. Na quarta fase as pessoas com deficiência estão sujeitas a um sistema único de ensino, com ou sem deficiência.

Para essas autoras os princípios da escola inclusiva são a aceitação das diferenças, valorização da diversidade, respeito à individualidade e formação de professores, assim como a adequação do projeto político pedagógico com a finalidade de oferecer acesso a educação e igualdade de oportunidade. O que se percebe na maioria das escolas é que há o predomínio da terceira fase com transição para a quarta fase, onde as crianças têm direito a se matricular, mas sua permanência não é garantida com qualidade. Nesse caso a maioria das crianças especiais precisam se adaptar aos métodos por mais que se fale em mudanças curriculares. As atividades pedagógicas são as mesmas, não se verifica na prática os princípios da inclusão. No mundo inclusivo todos têm acesso às oportunidades na sociedade de forma participativa, sendo as escolas inclusivas caracterizadas para promover oportunidade de desenvolvimento de habilidades e capacidades (PINHEIRO; CARVALHO, 2007).

De um modo geral, a história da educação brasileira é permeada de altos e baixos, onde ora o aluno é o centro do processo, ora é o professor o pilar principal. Foram estes altos e baixos que fizeram com que, na história recente da educação no Brasil, tivéssemos uma revisão do que até então se considerou pleno e quase perfeito. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394 em 1996 percebeu-se intensas

mudanças no ambiente escolar e em sua organização, travando-se uma nova batalha contra a evasão, reprovação, acesso e permanência na escola e ainda a inclusão como a chave mestra deste processo.

Pensar a escola inclusiva, de fato não é algo fácil, pois esta envolve fatores diversos que muitas vezes foge do controle dos sistemas gestores. Portanto, é fundamental entender inicialmente, o que é considerado como inclusiva para então se delimitar uma discussão mais ampla sobre a proposta central neste estudo. Há muitas tentativas de definir a escola inclusiva e uma das que mais abrange essa importante proposta educacional é a de Aranha (2006), quando observa que esta é o ambiente de se encarrega de garantir a qualidade de ensino educacional a todos os seus alunos, tendo como meta primordial o respeito à diversidade e busca de respostas que potencializem a aprendizagem destes alunos de acordo com sua necessidade.

Ao considerar a escola inclusiva sob esta perspectiva, Aranha (2006) faz com que a visão desta seja ampliada, proporcionando uma revisão do paradigma de que inclusão é para as deficiências. Ela propõe um conceito de potencialidades e diversidade, o que abrange o conceito para também aqueles que são de outros credos, etnias ou ainda que tenha uma inteligência considerada superior, que hoje é chamada de altas habilidades.

O favorecimento da aprendizagem como algo central, focado nos interesses de todos é à base da inclusão no contexto atual. A mesma autora destaca ainda que o aluno, em toda a sua potencialidade, deve ser o foco central da ação da escola. É a inclusão que permite a todos aprender de modo significativo e amplia as possibilidades de alcance dos objetivos. Fazendo-se uma análise mais ampla da temática, a inclusão é um desafio para a sociedade. Isso porque, oportuniza de modo mais amplo a ascensão social daqueles que até pouco tempo, eram considerados como “coitados”, improdutivos e incapazes (CAVALCANTE, 2004).

Esse desafio fica mais acirrado quando se percebe que a função da inclusão está além do ensinar a ler e escrever aos portadores de alguma deficiência. Na visão de Mantoan (1997) a principal função da inclusão encontra-se na inserção de maneira mais ampla, completa e sistemática do aluno com necessidades educacionais na escola regular.

Esta visão nos permite analisar que a escola deve, em todas as suas instâncias, encontrar forma de garantir não só o acesso deste aluno, mas também a sua permanência na escola, pois é por meio de um trabalho amplo, organizado e centrado no ser humano que se conseguirá promover a aprendizagem dos alunos inclusos. Atender a todas as diferenças na

sala de aula e reconhecer que a aprendizagem em cada aluno é diferenciada e fará toda a diferença no processo de ensino e aprendizagem. O bom desempenho dos alunos inclusos está diretamente relacionado à forma como os professores conduzem o processo de inclusão. Garantir que todos tenham acesso ao mesmo nível de aprendizagem é elemento primordial na construção da escola inclusiva, pois é seu objetivo reconhecer as potencialidades de cada aluno (MANTOAN, 1997).

Deste modo, ainda buscando compreender a essência da escola inclusiva e do processo de formação humana, é importante destacar a posição encontrada em um dos pilares da educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN que define a educação inclusiva como uma modalidade de educação escolar, cujo processo é definido em proposta pedagógica que assegura os recursos e serviços educacionais a criança com deficiência.

Então, pode-se observar que esta modalidade de educação tem importante função na disponibilização de conhecimentos sistematizados pela escola. Passa a ser função primordial da escola o entendimento de que o processo de construção do conhecimento de cada criança, adolescente ou jovem é diferenciado e deve ser respeitado de modo peculiar em todos os seus níveis e ampliada de modo qualitativo à medida que se permita (SASSAKI, 2005).

A busca de oportunidades diferenciadas de aprendizagem, bem como a implementação de programas diversos para o atendimento destes alunos, faz com que a escola encontre novos contextos de atuação. E ainda uma nova percepção do processo de desenvolvimento de cada criança, gerando uma nova perspectiva de aprendizagem. Assim, à medida que a escola amplia sua visão da relação entre a criança e a aprendizagem tanto mais se apodera de novos conhecimentos que permite a construção de um novo modelo de educação (ARANHA, 2006).

1.2 Amparo Legal para a inclusão

Dentro deste contexto é também fundamental entender os parâmetros legais que contribuíram decisivamente para a instituição desta nova visão da educação, tornando-a acessível a todos. Sabe-se que esta é uma luta que perdura desde a década de 1950, contudo só ganhou corpo a partir de 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos. Diante disso, se faz necessário analisar cada um dos instrumentos que incentivam e oportunizam esta

modalidade de educação, pois somente assim se consegue garantir um processo de completa lisura e com oportunidades a todos aqueles que dela necessitam (CAVALCANTE, 2004).

Ao analisar a questão legal da inclusão Mantoan (1997) destaca de modo peculiar a Declaração de Jomtien que foi constituída em 1990 por ocorrência da Conferência Mundial sobre a Educação para Todos. Esta Declaração teve fundamental importância na organização e oferta da educação inclusiva no mundo inteiro, pois foi por meio dela que os países participantes da Conferência se comprometeram em melhorar seu sistema educacional de modo a garantir maior acesso e permanência no sistema. O Brasil não ficou de fora desse acordo e logo em seguida iniciou os estudos legais para que fossem instituídas novas normas quanto à educação e que esta se tornasse imediatamente inclusiva. Não seria mais a simples oferta de escolas especiais, mas o levar destes alunos considerados diferentes para o seio das escolas regulares, o que promoveria, anos mais tarde, intensas mudanças na educação nacional.

Outro importante documento que é destacado por Mantoan (1997) é a Declaração de Salamanca que foi instituída em 1994, sendo o resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada UNESCO, em Salamanca na Espanha. Foi por meio desta conferência que os países participantes instituíram normas de funcionamento e oferta da educação inclusiva, de modo a garantir que o processo de aprendizagem fosse respeitado, mas que, acima de tudo fosse considerada a socialização da criança, adolescente ou jovem especial. A partir desta conferência, também foram estabelecidas metas a serem cumpridas, pois era fundamental que todos os países estivessem imbuídos da mesma vontade no que se refere à aprendizagem da criança especial. As metas são para até o ano de 2015 e o Brasil, sendo um dos participantes tem buscado formas de cumprir estas metas.

Atualmente o mundo passa por tempos de mudanças pela busca de conhecimentos e da valorização da diversidade que abrigam importantes diferenças sociais e educacionais. Essas diferenças eram caracterizadas antigamente pela exclusão das crianças especiais do convívio escolar e social, contudo hoje essas crianças são amparadas pela Constituição Federativa do Brasil de 1988, que as protege contra qualquer tipo de discriminação. Hoje o termo "Educação Inclusiva" é bastante utilizado sendo os direitos assegurados com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/96 que enfatiza a importância das escolas como um dos primeiros lugares a serem promovidos para que as crianças possam ser bem sucedidas na sociedade em que vivem (BRASIL, 1997).

O governo brasileiro representado pelas instituições escolares é responsável, assim como a família, pelo preparo e inclusão do cidadão na sociedade e posteriormente na vida profissional. Portanto, a escola deve estar preparada para atender uma diversidade muito grande de alunos, uma vez que todos os brasileiros têm direito ao acesso a educação, inclusive aqueles com necessidades especiais. Nesse sentido o ensino deve ser cada vez mais inclusivo. Entretanto, engana-se quem pensa que ensino inclusivo seja só para alunos deficientes, mas inclui todos que de alguma forma possui necessidades educacionais e que necessitem de uma abordagem especial (BRASIL, 2011).

A Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007 (prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007), sobre Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ressalta que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2011).

Segundo essa portaria, espera-se que a educação inclusiva seja realidade em todos os estabelecimentos de ensino. Além de oferecer condições ao atendimento especial, o decreto nº 6571 de 17 de setembro de 2008 do Ministro da Educação, determina a forma de atendimento que deve ser oferecido nessas unidades escolares.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Assim, para lidar e atender a educação Inclusiva, Romeu Sassaki (2005) afirma que a escola precisa capacitar seus professores, assim como preparar-se e organizar-se institucionalmente para receber tais alunos especiais. Uma característica dessa adaptação é observado pela reação dos professores que recebem alunos com necessidades especiais que de certa forma temem fracassar na tentativa de integrá-lo a sociedade, principalmente se não tiver uma orientação sistematizada. A inclusão escolar não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades

específicas, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário a sua ação pedagógica (CAVALCANTE, 2004; SASSAKI, 2005).

No Estado de Goiás a secretaria de educação desenvolve projetos para atender os alunos com necessidades especiais que apresentam um diagnóstico médico. Para esses alunos a secretaria contrata professores de apoio, para fazer o acompanhamento em sala de aula.

Assim, este projeto limita-se em conhecer e discutir o contexto do ensino inclusivo nas escolas municipais de Cabeceiras Goiás, sendo elas: Jesuino Torres, Laís Inácio, Matias Pereira e Francisco Maciel. A pesquisa abordará o estudo do Projeto Político Pedagógico de cada escola, assim como da prática para promover a educação inclusiva no que se refere ao ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente os ambientes escolares presenciam mudanças nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, é preciso que professores abram mão de paradigmas tradicionais e preparem-se para receber e atender a diversidade de alunos e também a educação especial.

No entanto, para garantir o atendimento e a permanência dos educados na instituição escolar é preciso que haja mudança desde a estrutura física da escola até adaptações de materiais pedagógicos e também no currículo escolar. Fazer um estudo sobre o que as escolas do município de Cabeceiras oferecem em termos de educação inclusiva é o que justifica a escolha do tema.

Assim ao desenvolver este tema torna-se fundamental o conhecimento bibliográfico de ensino inclusivo e sua aplicabilidade assim como das leis que o regem. Incluem também o conhecimento da realidade física das escolas e principalmente da capacitação docente e interação aluno-professor, para que em conjunto possam proporcionar conhecimentos significativos aos futuros professores de biologia que atuarão nos ambientes escolares nesta comunidade. A busca pelo conhecimento proporcionará a esses professores uma forma diferente de enxergar a educação especial e suas práticas didáticas, tornando a aplicação do conteúdo em sala de aula de forma mais justa em relação à educação convencional.

Então é preciso neste contexto ter um olhar reflexivo sobre o ensino escolar inclusivo no Município de Cabeceiras Goiás, verificando o que vem sendo feito para atender a diversidade que compõe a comunidade escolar.

3. OBJETIVO GERAL

Analisar o ensino e aprendizagem da educação inclusiva oferecida aos alunos do ensino fundamental nas escolas municipais em Cabeceiras, Goiás.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender como é oferecida a educação inclusiva nas escolas municipais em Cabeceira, Goiás.

Discutir com o corpo docente a necessidade de capacitação dos professores, como princípio básico para atender o aluno com necessidades especiais.

Analisar os aspectos que contribui para a permanência e sucesso do aluno com necessidades especiais no ensino e aprendizagem.

Conhecer a realidade vivenciada pelos professores, no que se refere ao ensino inclusivo x prática pedagógica.

4. METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma pesquisa de campo com aplicação de questionário, visita a escola para sondagem da realidade escolar, baseando-se na pesquisa bibliográfica

A pesquisa foi realizada nas escolas municipais localizadas no Município de Cabeceiras Goiás, sendo elas: Escola Municipal Jesuino Torres; Escola Municipal Lais Inácio Ferreira; Escola Municipal Matias Pereira da Silva e Escola Municipal Antonio Francisco Maciel. O público alvo foram 40 professores, 4 coordenadores e 4 diretores destas escolas que atendem alunos da educação infantil e ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Ao final será feita uma abordagem voltada para ensino e aprendizagem da educação inclusiva oferecida aos alunos das escolas municipais em Cabeceiras Goiás.

4.1. Aplicação de questionários aos professores que atuam em sala de aula

Aplicação de questionários a 40 professores regentes da educação infantil e do ensino fundamental nas escolas municipais em Cabeceiras Goiás com o objetivo de obter dados que possibilitem conhecer a realidade do processo de ensino e aprendizagem no contexto da Educação Inclusiva especial (Anexo A).

4.2. Entrevistas com os diretores das quatro escolas municipais

O objetivo da entrevista com os diretores é sondar as condições da escola nos aspectos de formação continuada, cursos e recursos que são oferecidos aos professores para que possam efetivar o trabalho pedagógico de forma a atender os alunos com necessidades educacionais especiais (Anexo B).

4.3. Visita as escolas para conhecer a estrutura física e pedagógica no processo do ensino inclusivo

A visita tem como objetivo conhecer a estrutura física das escolas, o projeto político pedagógico e verificar as ações propostas para possibilitar o sucesso dos alunos com necessidades educacionais especiais para depois comparar com o que ela faz em sua prática (Anexo C).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a pesquisa de campo realizada nas escolas municipais de Cabeceiras-Goiás, sendo elas: Escola Municipal Jesuino Torres, Escola Municipal Lais Inácio, Escola Municipal Matias Pereira e Escola Municipal Francisco Maciel, baseada na aplicação de questionários, obtivemos resultados significativos relacionado ao atendimento de alunos com necessidades especiais e a forma com que a educação inclusiva é conduzida pelos profissionais da área.

Professores da rede pública de ensino que trabalham nas escolas anteriormente mencionadas possuem uma bagagem maior quanto ao tempo de experiência em sala de aula (59%), sendo possível observar na figura 1 a quantidade de professores que ingressam na rede pública de ensino de forma gradual com o passar dos anos adquirindo essa experiência.

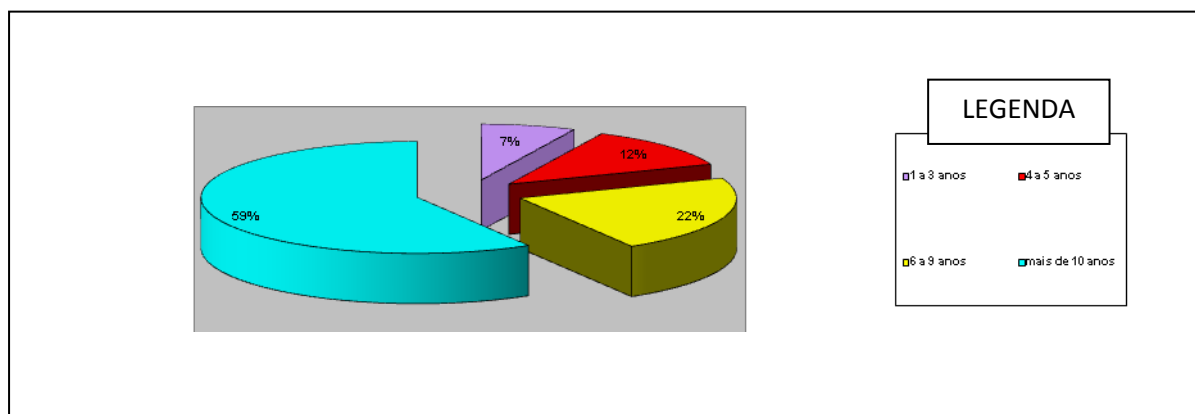


Figura 1 – Tempo de experiência dos professores em sala de aula.

A forma com que os alunos com necessidades especiais dessas escolas são atendidos (cerca de 68% - figura 2), faz toda diferença para se manter uma educação inclusiva de qualidade. Esse atendimento tem início com a apresentação da queixa, que na maioria das vezes parte do professor. Em seguida a criança é encaminhada para o diagnóstico, que não acontece na escola, pois o atendimento com o psicólogo e psicopedagogo acontece no Centro de Atendimento Municipal, em que há uma equipe multidisciplinar que está apta a atender e dar o diagnóstico. Com base no diagnóstico, a família e a escola são orientadas para desenvolver o trabalho pedagógico e de atuação social. As adaptações estão sempre relacionadas ao tipo de deficiência apresentada pela criança e o acompanhamento do aluno em sala de aula é acompanhado também pelo professor de recursos que é o responsável pela organização do processo de inclusão na escola.

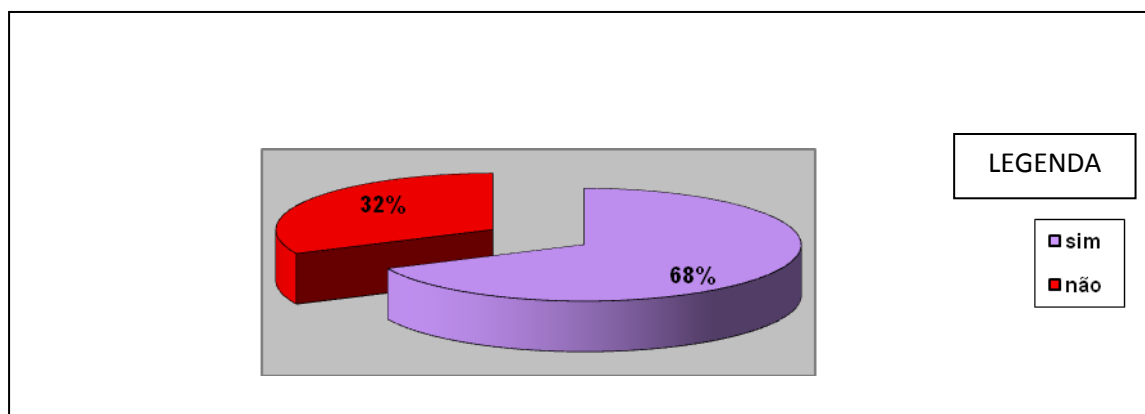


Figura 2 – Quantidade de professores que tem alunos especiais em classe.

A observação da figura 2 demonstra que 68% dos professores pesquisados conta com crianças especiais em sala de aula, o que demonstra que a inclusão é uma realidade nas escolas pesquisadas. Com isso, ainda pode-se observar que a educação vive um processo novo em relação a esta temática, pois os pais já não se sentem incomodados em levar seus filhos, com qualquer tipo de deficiência para a escola. Isto é, o medo da exposição está sendo vencido.

Em relação ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais e modalidades, 68% dos professores pesquisados atendem a crianças especiais. Sobre as modalidades de deficiência que atendem na escola e estes citaram: Síndrome de Down, déficit de atenção, deficiência mental, deficiência física.

Mittler (2003, p.25) entende a inclusão no campo educacional como um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Confrontando teoria e prática, pode-se compreender que os professores atendem a diversas modalidades o que exige mais ainda em seu trabalho. A falta de professores de apoio e da adaptação curricular pode afetar o trabalho a ser desenvolvido. Isso reflete diretamente na necessidade de assegurar a qualidade do ensino oferecido a estas crianças.

De certa forma, a experiência em sala de aula dos professores (74% dos professores trabalham a mais de 2 anos com esses alunos – figura 3) vem a somar quando se trata de alunos com necessidades especiais e a forma com que são tratados.

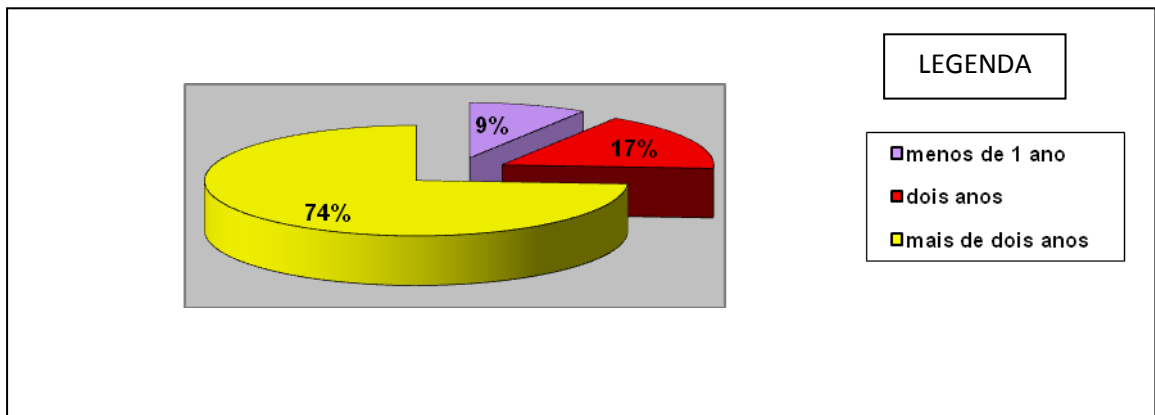


Figura 3 – Tempo de trabalho com alunos especiais

Para ter êxito no ensino significativo de alunos especiais, é necessário não só o acompanhamento do aluno como também dos professores pelo profissional psicólogo escolar, fato esse que não é observado nas escolas pesquisadas onde 93% das escolas não possuem esse tipo de acompanhamento (Figura 4).

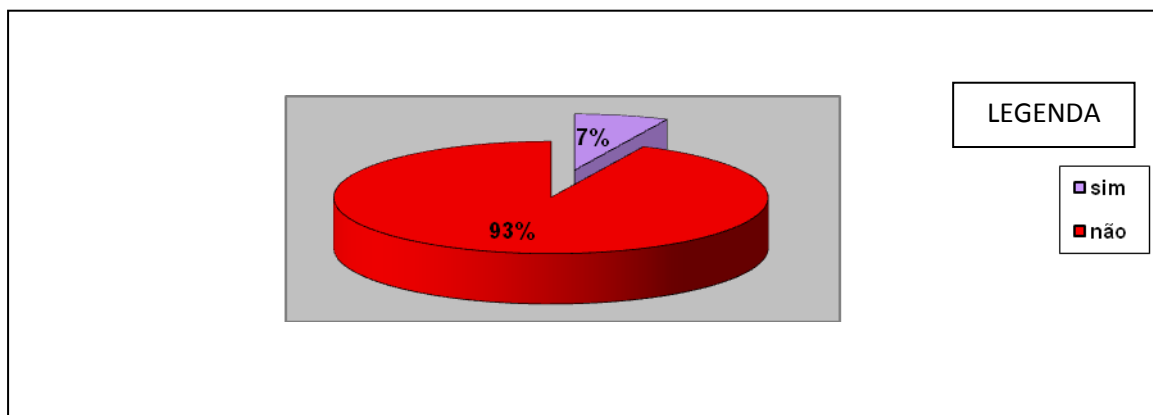


Figura 4 – Orientação da coordenação pedagógica durante o planejamento das aulas

Em relação ao trabalho com crianças portadoras de necessidades educacionais especiais e modalidades, a maioria dos professores pesquisados atendem crianças com diversas formas de deficiência (figura 5), sendo as mais comuns a auditiva e *déficit* intelectual (ambas com 23%), crianças com Síndrome de Down (11%), deficiência física (4%), conduta típica (2%) e outras (37%). Convém explicar que na opção outra, o pesquisado pôde indicar qual a deficiência da criança atendida. Foram indicadas as seguintes: Transtorno

de *déficit* de atenção, hiperatividade, altas habilidades e síndrome do X frágil. Assim, explica-se o alto percentual para esta opção de resposta dos pesquisados.

Em concordância com esta questão Fonseca (1995) propõe que a educação, não só de crianças com deficiências, é uma situação complexa que exige uma análise lúdica e crítica acerca do cenário escolar, das situações e condições concretas existentes, dos conteúdos propostos e das estratégias e alternativas metodológicas que atendam a necessidades de desenvolvimento, de interação, comunicação, autonomia, socialização e participação nas brincadeiras e atividades lúdicas.

A relação entre a realidade e a teoria observa que essa visão é importante, pois revela as concepções dos professores em relação à educação inclusiva e a superação das diferenças na sala de aula, e ainda a visão deles sobre esse importante processo que começa a ganhar novos rumos. São as situações propostas que permitem melhor desenvolvimento dos alunos e ainda o ganho na aprendizagem e na convivência social.

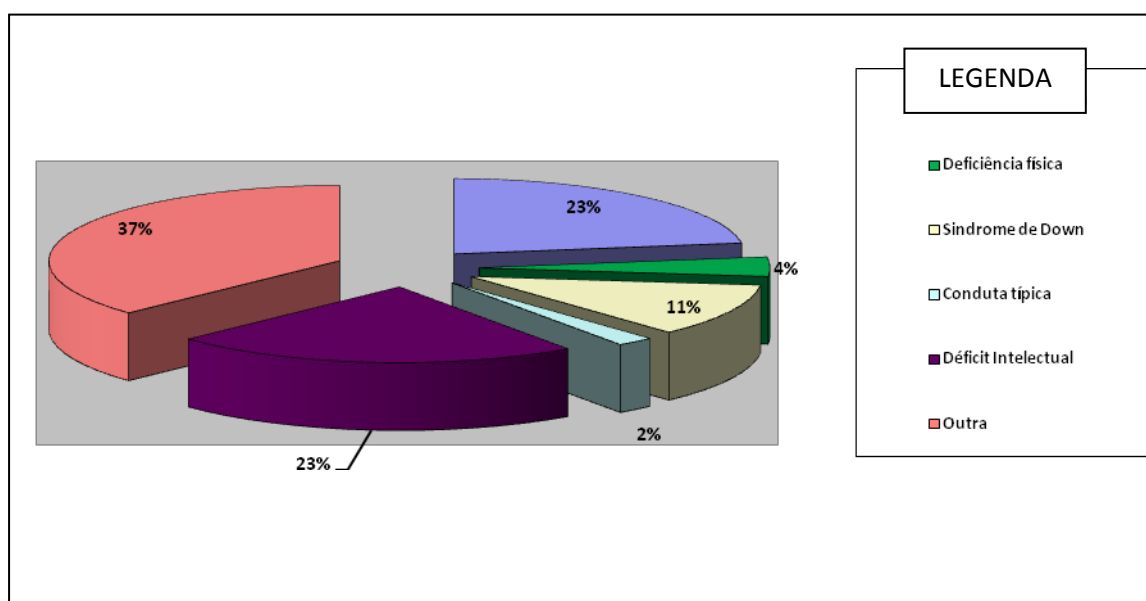


Figura 5 – Necessidades especiais dos alunos em sala de aula.

Ao analisar a questão da inclusão pode-se destacar o posicionamento de Mittler (2003, p.25) que entende a inclusão no campo educacional como um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Quando confrontamos a teoria com prática, o quadro educacional modifica-se consideravelmente quando se fala de qualificação e competência, pois grandes partes dos professores ministram conteúdos que não são qualificados para tal aplicação. Esse fato vem a refletir diretamente na necessidade de assegurar a qualidade de ensino oferecido a essas crianças. Por outro lado, a situação se agrava para aplicação desses conteúdos a alunos com necessidades especiais, pois de acordo com o figura 6 a maioria dos professores pesquisados (61%) não participam de cursos de capacitação na área da inclusão escolar. Outro ponto preocupante é a falta de apoio de recursos didáticos para tais finalidades, onde 97% das escolas pesquisadas não oferecem materiais adaptados para ensino inclusivo (Figura 7).

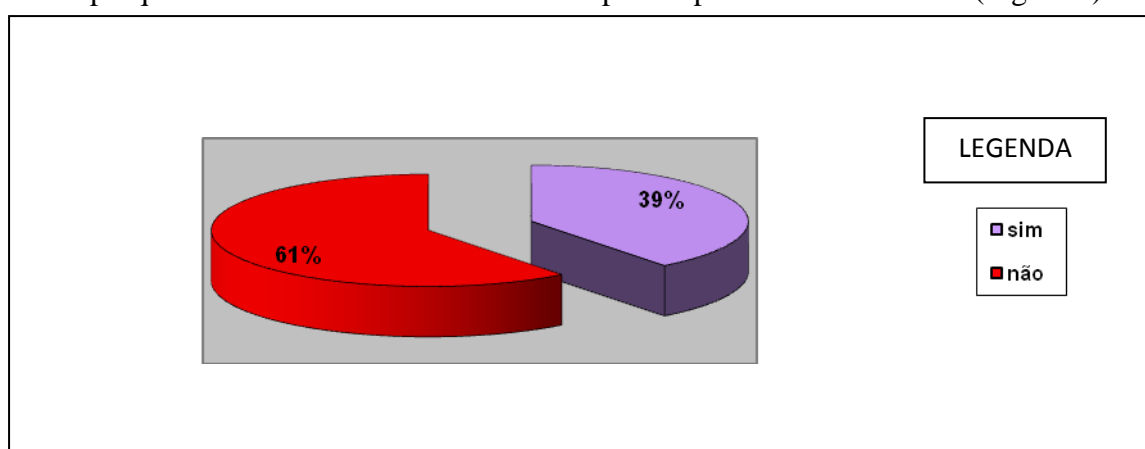


Figura 6 – Participação em cursos voltados para a inclusão nos últimos dois anos.

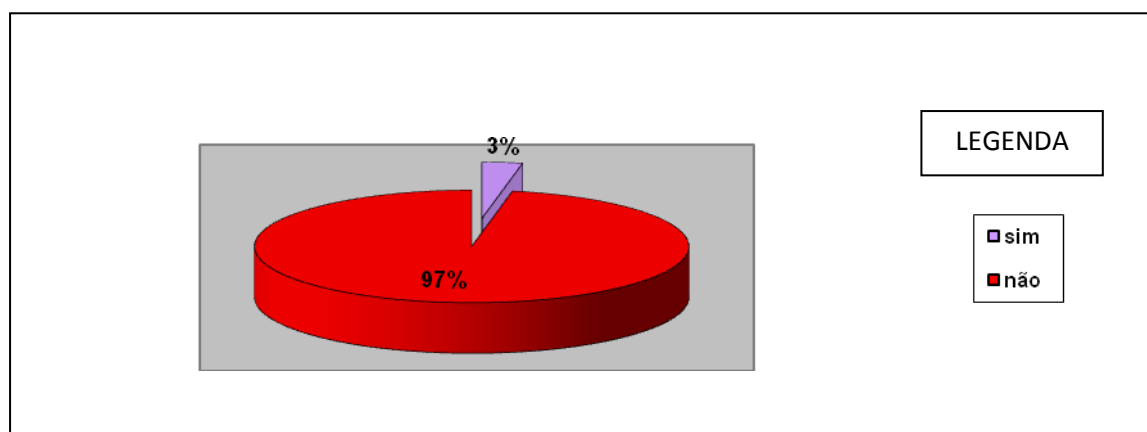


Figura 7 – Oferta de materiais e recursos para atividades com alunos especiais

Uma falha relevante é o não oferecimento de cursos de capacitação pelas escolas da rede pública de ensino, constituindo cerca de 61% dos educadores pesquisados. Algumas dessas escolas conseguem oferecer cursos (39%). Outro problema importante observado é a falta de recursos materiais adequados para cada deficiência, pois a falta destes materiais como mostra a figura 7 (97%) dificultam o trabalho e o aprendizado destes alunos. A falta de

professores de apoio e da adaptação curricular pode afetar o trabalho a ser desenvolvido refletindo consideravelmente na qualidade de ensino. Cabe ressaltar que o professor de apoio é um profissional que acompanha o aluno em sala de aula juntamente com o professor regente. Sua função é auxiliar, acompanhar e incentivar a criança na realização das atividades diárias. No caso específico dos alunos surdos, estes tem um professor intérprete em sala de aula para a interpretação das aulas e o questionamento de dúvidas por parte do aluno. A importância destes profissionais está na ampliação da qualidade no atendimento da criança com necessidades especiais, pois os mesmos são mediadores na construção do conhecimento pelo aluno especial.

Costa (2001, p.15) afirma que educar é sempre uma aposta no outro. Ao contrário do ceticismo dos que querem ver para crer, costuma-se dizer que o educador é aquele que buscará sempre crer para ver. De fato, quem não apostar que existem nas crianças e nos jovens com quem trabalhamos qualidades que, muitas vezes, não se fazem evidentes nos seus atos, não se presta, verdadeiramente ao trabalho educativo.

Relacionando a teoria e a prática pode-se afirmar que a formação é parte essencial dessa aposta. A visão dos professores reflete a visão de boa parte dos profissionais da educação, bem como mostram a realidade de muitas escolas do país. Infelizmente, nossas escolas ainda não estão preparadas para a grande tarefa de educar na e para a diversidade, respeitando as limitações de cada criança e possibilitando-lhes aprendizagem significativa. É importante salientar que de fato somos seres em construção e que esse reconhecimento mostra que os professores têm disponibilidade para continuar buscando a formação o que evidencia um trabalho diferenciado.

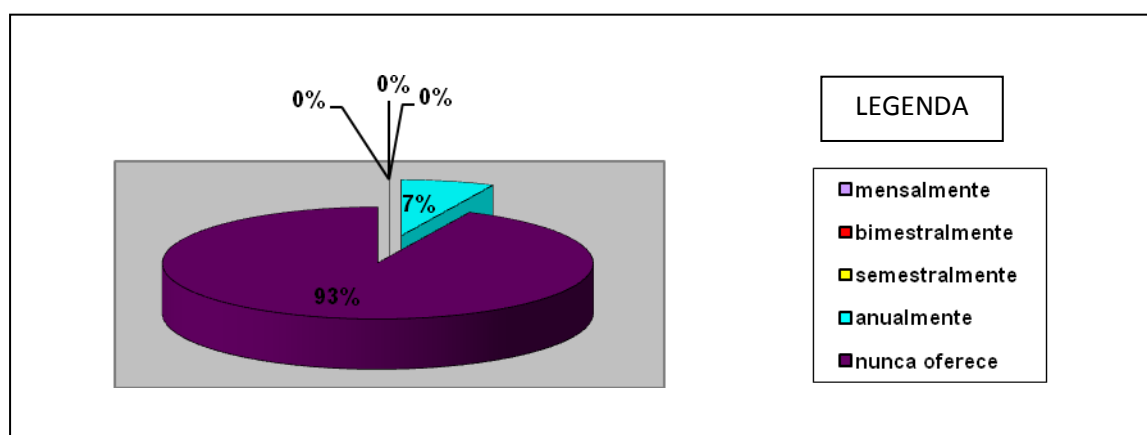


Figura 8 – Cursos oferecidos pela instituição em que trabalha

Como se observa na figura 8 acima, os cursos são ofertados somente anualmente (7%), e são momentos de formação, sem certificação, onde há a participação de profissionais como psicopedagogos, psicólogos e outros. Mesmo não se tratando da formação adequada esta deve ser observada como importante, pois toda orientação que vá auxiliar no trabalho pedagógico é positiva.

Obtivemos resultados de alguns questionamentos feitos aos diretores durante as entrevistas. Uma das questões abordadas é o oferecimento de cursos ou treinamentos para os professores de educação inclusiva, onde 3 dos diretores disseram que não há cursos e 1 afirmou que há a oferta destes cursos. É importante relacionar que os cursos de formação continuada ficam na responsabilidade dos professores, sendo que cada um vai buscar a sua formação dependendo de seu foco de interesse. Também afirmaram que não é oferecido aos professores materiais diversificados para trabalhar com alunos com necessidades especiais. No que se refere ao apoio pedagógico 2 diretores disseram que há na escola ou na secretaria profissionais para apoiar os professores em suas dificuldades pedagógicas específicas para poder trabalhar com alunos com necessidades especiais, enquanto que os outros 2 afirmam que não tem profissionais para apoiar o professor em suas dificuldades. Percebe-se aqui que há discordância dos resultados pertinentes a pesquisa com os professores. Este posicionamento pode estar relacionado à forma de visualizar o que é verdadeiramente o apoio aos professores no que concerne à atividade com os alunos especiais.

Quanto aos cursos de capacitação continuada todos os diretores disseram que os professores participam de cursos voltados para a educação inclusiva e que esses cursos são financiados pelos próprios professores. A visão dos diretores quanto à capacitação continuada para o trabalho com as crianças especiais está relacionado com algo meramente técnico, pois ao se candidatar a vaga para o trabalho com alunos especiais, o professor, seja ele regente ou de apoio, deve apresentar certificados de formação na área. Contudo, não se exige um período para essa formação, como por exemplo, nos últimos três anos. Há professores que apresentam certificação de formação há mais 10 anos para trabalhar com a educação inclusiva. Assim, para os gestores a formação acontece, mesmo que não seja recente.

Consoante a esta visão dos professores Monte (2004, p.11) descreve os princípios básicos da educação inclusiva observando que é necessário: Acreditar que o acesso a uma educação de qualidade nos primeiros anos de vida da criança é um direito universal; Reforçar a idéia de que uma educação de qualidade nos primeiros anos de vida beneficia a criança, sua família e a sociedade; Garantir que toda criança vivencie um ambiente enriquecido que

reconhece e incorpora os seus valores culturais e lingüísticos; Garantir o direito de toda criança de ser feliz saudável e de ter o seu potencial desenvolvido em um ambiente que a respeita e provê cuidados essenciais.

Ao relacionar a teoria e a prática pode-se perceber que ainda há muito a ser realizado na escola para que ela seja realmente inclusiva. Isso vai desde a administração até o pedagógico, pois é essencial que estes dois segmentos estejam relacionados e que ampliem seus laços no intuito de ajudar aos alunos.

Quanto à estrutura física e pedagógica observa-se quanto ao acesso que não são todas as salas que possuem rampa. Em três escolas o banheiro é adaptado para o acesso de deficiente físico e em uma das escolas não é adaptado. De acordo com os professores e gestores, todas as escolas não contam com materiais didáticos para deficientes visuais, materiais para leitura em libras. Em nenhuma das escolas pesquisadas há alunos com deficiência visual matriculados. Já em duas das escolas possuem alunos com deficiência física (cadeirante) e foi apontado pelos coordenadores que não há recursos necessários para atendê-los.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos atuais mostram que a sociedade de modo geral vem progredindo rumo a mudanças de ideias arraigadas socialmente e culturalmente que até então influenciam a educação brasileira. Um dos destaques nesta questão é a educação escolar inclusiva, pois esta tem como proposta central unificar os direitos de pessoas comuns com pessoas com necessidades especiais na tentativa de modificar a cultura brasileira. É uma luta crucial na garantia dos direitos da pessoa com deficiência, pois a mesma é dotada de conhecimentos e de capacidades para aprender, mesmo considerando que seu tempo pode ser diferenciado dos ditos normais.

Com o desenvolvimento das atividades deste projeto foi possível perceber que muitas mudanças já ocorreram no processo do ensino inclusivo nas escolas municipais Jesuino Torres, Laís Inácio, Matias Pereira e Escola Municipal Francisco Maciel em Cabeceiras Goiás. Contudo verifica-se ainda uma forte ausência de incentivo e capacitação dos profissionais, principalmente dos professores que trabalham diretamente com os alunos, e que muitos deles dependem de métodos diferenciados para ministrar os conteúdos exigidos pelo Ministério da Educação. A falta de apoio de outros profissionais como psicólogo e psicopedagogo dentro da escola em tempo integral, assim como de materiais adequados para desenvolvimento de atividades específicas para determinadas dificuldades dos alunos, se torna pontos agravantes para uma aprendizagem significativa. Entre as dificuldades mais específicas pode-se citar a de aprendizagem e a de socialização. Estas atrapalham o envolvimento da criança no cotidiano de sala de aula e com os próprios colegas.

Durante a realização da pesquisa também foi presenciada a reivindicação de pais que cobram da escola e procuram junto à promotoria pública para conceder direito ao aluno de ter um professor de apoio.

Além dos resultados obtidos em grupos específicos nas escolas como professores, alunos e diretores, através de relatos dos educadores observamos também o descontentamento por parte dos pais dos alunos com a falta de apoio do governo em relação ao ensino inclusivo. Segundo os professores alguns pais vêm buscando junto à promotoria pública o direito a um profissional para apoiar seus filhos no processo de ensino e aprendizagem, assim como aumentar o incentivo ao desenvolvimento de atividades de ensino inclusivo pelo governo estadual. As leis atuais, LDB nº 9394/96 e leis complementares, conferem o direito a acompanhamento especializado às pessoas com necessidades especiais buscando a valorização da diversidade e conseqüentemente da inclusão dessa diversidade.

O desenvolvimento do projeto trás reflexões de que a Educação Inclusiva precisa ser discutida nestes estabelecimentos de ensino, pois não é só a garantia da matrícula, mas sim o oferecimento da oportunidade de igualdade e de permanência. Esta permanência tem que ser garantida por meio do sucesso escolar que une preceitos básicos com adaptação curricular, capacitação dos profissionais, adaptação física e disponibilidade de materiais especiais necessárias para um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: A Fundamentação Filosófica**. 2.ed. Brasília: IvIEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> acesso em 10/07/2011.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008**. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm Acesso em: 26/07/2011.

CAVALCANTE. Meire. **Aparências diferentes? Talentos também**. Revista Nova Escola. Edição junho/julho 2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Aventura Pedagógica: Caminhos e descaminhos de uma ação educativa**. Belo Horizonte: Modus Faciende, 2001.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial: programa de estimulação precoce – uma introdução as idéias de inclusão**. Porto Alegre: ArtesMédicas, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1991.

MANTOAN, M.T. É. **Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos**. Revista Integração, (20),p. 29-32. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. trad. Windyaz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MONTE, Francisca Roseneide Furtado. **Saberes e práticas da inclusão, dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

PINHEIRO. Odnéia Quartiere Ferreira. CARVALHO. Erenice Natália Soares de. **Programa se esta escola fosse minha... Todos na mesma escola**. Brasília. Centro de Ensino Tecnológico de Brasília – CETEB, 2007.

SASSAKI. Romeu Kazumi, **Inclusão: O paradigma do século 21**. Revista da Educação Especial. Out/2005. MEC/SEESP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 26/07/2011.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário aplicado aos professores

Este questionário visa coletar informações sobre a realidade dos professores no contexto da educação inclusiva no município de Cabeceiras.

01 – Qual o tempo de experiência na sala de aula.

- a() 1 a 3 anos
- b() 4 a 5 anos
- c() 6 a 9 anos
- d() de 10 anos a mais

02 – Você tem em sua classe alunos com necessidades especiais

- a() sim
- b() não

03 – Quantos anos você trabalha com alunos especiais?

- a () menos de 1 ano
- b () dois anos
- b () mais de dois anos

04 – Caso possua aluno com necessidade, qual a necessidade especial que ele possui?

- a () Deficiência auditiva
 - b () Deficiência Física
 - c() Síndrome de Down
 - d() Conduta típica
 - e() Deficiência Mental
 - f() Outra. Informe qual a deficiência?
-

05 – Você participou de cursos voltados para a educação inclusiva nos últimos dois anos?

- a() sim
- c() não

06 – A instituição para qual você trabalha oferece capacitação continuada (cursos, treinamentos, etc.)

- a() mensalmente
- b() bimestralmente
- c() Semestralmente
- d() anualmente
- e() nunca oferece

07 – A escola em que você trabalha oferece recursos materiais suficientes para planejamento e execução de atividades de acordo com os alunos com necessidades especiais e também com a diversidade de alunos que você atua?

- a() sim
- b() não

08 – Você é orientado pela coordenação pedagógica durante o planejamento de suas aulas sobre como trabalhar com crianças com necessidades especiais?

- a() sim
- b() não

Apêndice B – Roteiro para entrevista com os diretores

01- É oferecido aos professores cursos ou treinamentos sobre como trabalhar a educação inclusiva?

não sim

Se sim, qual a periodicidade?

Mensal

Bimestral

Semestral

Anual

02 – É oferecido aos professores materiais diversificados para trabalhar com os alunos com necessidades especiais?

sim não

Se sim, Quais materiais são oferecidos?

03 – Na escola ou na secretaria de Educação responsável pela escola tem profissionais para apoiar os professores em suas dificuldades pedagógicas específicas com os alunos com necessidades especiais?

sim não

04 – Existe algum incentivo do governo estadual ou federal para ensino inclusivo?

sim não

Se sim, que projeto está envolvido e que tipo de incentivo financeiro é oferecido:

bolsa de apoio financeiro para o evento (transporte, alimentação e estadia)

despesas pagas pelas instituições de ensino

despesas pagas pelos professores

Apêndice C - Relatório de observação da estrutura física e pedagógica das escolas pesquisadas

Roteiro

1 – Nome da Escola

2 – A escola tem alunos com deficiência física matriculados?

sim não

Se a afirmativa é sim, quais os recursos a escola utiliza para trabalhar com este aluno (Exemplo: Lápis adaptado, encosta para o caderno, etc.)?

3 - A escola possui rampas de acesso para deficiente em todas as dependências (salas de aulas, pátio, biblioteca, laboratório...)

sim

não

Outros (Detalhar)

4 – O banheiro é adaptado para deficientes físicos?

sim Não

5 – A escola tem alunos com deficiência visual matriculados?

sim não

6 - A escola conta com materiais didáticos para deficientes visuais que auxiliam a leitura em libras? Quais recursos a escola utiliza para trabalhar com os alunos com deficiência visual?

sim não
